

NIF	Entidades beneficiárias dos pedidos	Apoios concedidos (euros)	
		Custo total	FSE
502386630	STAAEZN — Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte	93 970,20	70 477,65
502783770	TERCIFORMA — Estudos de Comércio e Serviços, S. A.	197 121,53	147 841,15
502605367	Terras Dentro — Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais	180 705,96	135 529,47
500704597	UNINORTE — União Cooperativa Polivalente da Região Norte, C. R. L.	159 757,95	119 818,46
502110660	Universidade Aberta	848 136,91	636 102,70
501082522	Universidade Católica Portuguesa	236 181,91	177 136,43
680041982	Universidade da Madeira	567 971,23	425 978,43
501461108	Universidade de Aveiro	24 013,33	18 010
501201920	Universidade de Évora	64 635,11	48 476,33
505387271	Universidade do Algarve	8 700	6 525
502011378	Universidade do Minho	10 867,45	8 150,59
512017050	Universidade dos Açores	255 685,10	191 763,83
	<i>Total</i>	64 007 589,71	48 005 693,19

18 de Julho de 2005. — O Presidente, *Valadas da Silva*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto

Despacho n.º 17 197/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, designo meu substituto, nas minhas ausências, faltas ou impedimentos, o licenciado Luís Antero do Vale.

12 de Julho de 2005. — O Director, *Luís Cunha*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 198/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, do n.º 3 do artigo 2.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de substituição, para exercer as funções de coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro o licenciado Humberto Rocha, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Agosto de 2005.

15 de Julho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Humberto Rocha, médico, casado, pai de três filhos, natural e residente na Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo.
Assistente graduado de clínica geral, desde 1990.
Consultor de clínica geral, desde 1995.
Especialista em clínica geral, desde 1983.
Cargos que exerce:

Assessor do coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro e em representação;
Coordenador do Posto da Saúde, da Loja do Cidadão;
Coordenador do Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil;
Comissão dos Resíduos Perigosos Hospitalares — RPH;
Membro da comissão distrital executiva de segurança rodoviária;
Comissão de catástrofe distrital;
Centro distrital de operações de emergência de protecção civil;
Comissão distrital para a humanização e qualidade dos serviços de saúde;
Coordenador distrital do Programa de Apoio Integrado a Idosos — PAII;
Membro do plenário da Região de Turismo, Rota da Luz;
Presidente da assembleia geral da Escola de Música Gafanhense;

Médico dos clubes: Associação Desp., C. e R. da Colónia Agrícola, do Beira-Ria, do Carmo, do Grupo Desp. Gafanha d'Aquem e do Sport Benfica e Gafanha.

Cargos que exerceu:

Cargos autárquicos:

Vice-presidente da câmara, em 1973-1974;
Presidente do conselho municipal, de 1975 a 1984;
Vereador da câmara, três mandatos, de 1985 a 1989, de 1989 a 1993 e de 1998 a 2002;
Presidente da câmara, no mandato de 1994 a 1998;

No exercício da sua profissão:

Médico do Hospital de Ílhavo e coordenador do internamento;
Médico de clínica geral/médico de família no Centro de Saúde de Ílhavo;
Coordenador do SAP do Centro de Saúde de Ílhavo;
Médico dos clubes: Sport Clube Beira-Mar, do Grupo Desportivo da Gafanha e do NEGE;

Cargos associativos:

Presidente da assembleia geral da SIMRIA;
Vice-presidente da AMRIA (Associação dos Municípios da Ria);
Presidente da assembleia dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo;
Presidente da direcção do Grupo Desportivo da Gafanha;
Presidente da direcção da Ass. Cult. Rec. da Casa do Povo da Gafanha da Nazaré;
Presidente do Grupo Activo de Teatro Amador da Gafanha, de 1974 a 1989.

Condecorações e louvores — da Cruz Vermelha Portuguesa, agraciado com a Cruz Vermelha de Dedicção, e louvores do Lyons Club e da Federação Portuguesa de Futebol.

Autor de *Alcoolémia e Alcoolteste, na Sinitralidade Rodoviária e Canabis, Alto Risco*.

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde

Despacho n.º 17 199/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no director-geral do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde, licenciado Rui Manuel Andrade Gonçalves, com a faculdade de subdelegar, os poderes para a prática dos seguintes actos:

1 — No âmbito das competências específicas, no que se refere ao pessoal do Serviço Nacional de Saúde:

1.1 — Autorizar a abertura dos concursos de admissão ao internato médico, nomear os júris dos concursos de ingresso e de avaliação dos internatos médicos, fixar o respectivo número de lugares e homo-

logar os resultados da prova de comunicação médica, nos termos do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, e dos regulamentos aprovados pelas Portarias n.ºs 390-A/98, de 9 de Julho, 695/95, de 30 de Junho, 1334/95, de 9 de Novembro, e 1223/82, de 28 de Dezembro;

1.2 — Autorizar a abertura de concursos no âmbito da carreira de administração hospitalar, bem como praticar todos os actos subsequentes, incluindo nomeações e a atribuição de graus, nos termos do Decreto-Lei n.º 101/80, de 8 de Maio;

1.3 — Autorizar a abertura de concursos de admissão ao estágio da especialidade dos técnicos superiores de saúde, bem como a prática de todos os actos subsequentes, incluindo a homologação da lista de classificação final do estágio e posterior nomeação, nos termos do regulamento aprovado pela Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro;

1.4 — Autorizar mudanças de área profissional, transferências, interrupção de internato e reinício dos mesmos, cuja autorização não seja da competência dos serviços e estabelecimentos de saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, e da Portaria n.º 695/95, de 30 de Junho;

1.5 — Homologar as propostas de reconhecimento ou de alteração de idoneidades e de capacidades formativas dos estabelecimentos de saúde, nos termos dos artigos 32.º e 33.º da Portaria n.º 695/95, de 30 de Junho;

1.6 — Conceder a equivalência ao internato geral, prevista no n.º 3 do artigo 15.º do regulamento aprovado pela Portaria n.º 1223/82, de 28 de Dezembro;

1.7 — Decidir os recursos administrativos do despacho de homologação da lista de classificação final dos concursos de provimento do pessoal integrado nos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

1.8 — Decidir os recursos administrativos do despacho de homologação da lista de classificação final dos internatos complementares, nos termos do n.º 5 do artigo 69.º do regulamento que aprova a Portaria n.º 695/95, de 30 de Junho;

1.9 — Decidir os recursos administrativos de exclusão do concurso para técnico de diagnóstico e terapêutica, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro;

1.10 — Decidir os recursos administrativos do despacho de homologação da lista de classificação final dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro;

1.11 — Decidir dos recursos interpostos da avaliação de desempenho;

1.12 — Autorizar a integração no regime jurídico da função pública do pessoal dos ex-Serviços Médico-Sociais, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio;

1.13 — Reconhecer a suficiência habilitacional do curso de prótese dentária, nos termos do n.º 2 do despacho conjunto dos Ministros da Saúde, do Emprego e da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Abril de 1990;

1.14 — Autorizar o trabalho a tempo parcial e em semana de quatro dias, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 324/99 e 325/99, ambos de 18 de Agosto.

2 — No âmbito da gestão interna de recursos humanos:

2.1 — Conceder licenças sem vencimento por um ano ou de longa duração, previstas no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, bem como autorizar o regresso dos funcionários à actividade;

2.2 — Autorizar a acumulação de funções ou de cargos públicos remunerados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com observância do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, bem como das não remuneradas;

2.3 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 da mesma disposição legal e com observância do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma;

2.4 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho nocturno, em dias de descanso semanal, em dias de descanso complementar e em feriados, incluindo ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º e do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

2.5 — Autorizar a celebração de contratos de tarefa e avença, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, e de harmonia com o disposto nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, sem a faculdade de subdelegar;

2.6 — Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no País ou no estrangeiro, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto;

2.7 — Autorizar a inscrição e participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, que ocorram no território nacional e fora dele, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário.

3 — No âmbito da gestão orçamental:

3.1 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 250 000, previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

3.2 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando o montante estimado da despesa não exceder os € 125 000;

3.3 — Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, mesmo nos procedimentos de valor superior ao agora delegado;

3.4 — Proceder à prática dos actos consequentes ao do acto de autorização da escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora delegado, mesmo relativamente a procedimentos cujo início foi autorizado por membro do Governo em data anterior à do presente despacho;

3.5 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços desde que cumpridos os condicionamentos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

3.6 — Autorizar a realização de arrendamentos para instalação dos serviços, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprovar as minutas e celebrar os respectivos contratos, quando a renda anual não exceda o montante de € 200 000;

3.7 — Autorizar despesas com seguros, nos termos e sem prejuízo do estabelecido no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

4 — O director-geral do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde tem a faculdade de subdelegar, com excepção do disposto nos n.ºs 2 e 3 do presente despacho.

5 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Junho de 2005.

1 de Junho de 2005. — A Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, *Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 7174/2005 (2.ª série). — Na sequência do concurso de admissão a estágio de especialidade dos diversos ramos dos técnicos superiores de saúde, conforme o aviso n.º 18 121/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 298, de 28 de Dezembro de 2000, com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 496/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 2001, e em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 39.º da Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro, publica-se a classificação final de estágio da candidata a seguir discriminada, que ocupou a vaga do ramo de física hospitalar, homologada pelo secretário-geral em 13 de Julho de 2005:

Dr.ª Vera Inês Pimentel Batel, colocada no Hospital de Santa Maria — 17,35 valores.

18 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Despacho n.º 17 200/2005 (2.ª série). — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 15 186/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 12 de Julho de 2005, do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, e nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, decido delegar e subdelegar, na directora de serviços de Administração Geral, Dr.ª Adelaide Maria Carvalho China, na directora de serviços de Saúde, Dr.ª Maria José Ferreira Ferros Hespanha, no chefe de divisão de Gestão Financeira, Dr. Joaquim Raimundo Ferreira dos Santos, e na chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos, Dr.ª Isabel Maria Henriques da Cunha Martins dos Reis, sem prejuízo das competências próprias do pessoal dirigente previstas na Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, bem como na chefe de